

XXXV Encontro Anual da Anpocs

GT 25: Partidos e Sistemas Partidários

Competição Partidária e territorialidade do voto: Mudanças na distribuição do padrão espacial do voto para Presidente da República do Brasil

Maria do Socorro Sousa Braga (UFSCar)
Rodrigo Rodrigues-Silveira (Universidade de Salamanca)

Resumo O objetivo deste artigo é investigar quais são os condicionantes do sucesso eleitoral do PT e do PSDB para a disputa Presidencial no período entre 1989 e 2010 por meio de uma perspectiva teórica pouco usada pelos estudos na Ciência Política. Mais especificamente, desejamos saber em que medida e de que maneira o efeito do contexto geográfico e das estratégias territoriais dos partidos influenciam o voto nesses dois partidos. Para tanto, o enfoque teórico será o da geografia política e o metodológico será o da análise espacial. Os resultados mostram que o território dos partidos (representado tanto pelo voto apresentado nas eleições anteriores como pelo voto a deputado federal), o programa Bolsa Família, e a média da votação nos vizinhos confirmam que tanto o contexto como a territorialidade dos partidos afeta de modo significativo o resultado das eleições para presidente.

Palavras-Chave: Geografia eleitoral, territorialidade política, presidencialismo, competição partidária, Brasil.

Introdução

O debate sobre as eleições presidenciais no Brasil adquiriu novo vigor nos últimos anos a partir da reeleição de Lula em 2006. O possível vínculo entre sua vitória e o programa Bolsa Família gerou muita controvérsia entre os pesquisadores sobre o real efeito do programa sobre os resultados, o seu impacto sobre as bases de Lula e do PT e as mudanças na distribuição espacial dos votos nas disputas presidenciais (Hunter y Power, 2006; Soares y Terron, 2008; Zucco, 2008; Bohn, 2011).

A isso, soma-se o fato de que, desde 1994, o PSDB e o PT constituíram as únicas legendas com poder de organizar (e liderar) alianças, de caráter nacional, fortes o suficiente para obter a vitória nas disputas pelo executivo federal (Meneguello, 2007; Melo, 2007, Braga, 2006, 2010). Esse novo cenário de competição partidária deu origem a algumas explicações inovadoras que merecem ser mencionadas.

A primeira defende que, entre 1989 e 2010, pode-se observar um movimento no qual os demais partidos relevantes no início do período tiveram sua influência territorialmente reduzida a determinadas regiões, impossibilitando que pudessem controlar ou liderar uma aliança de amplitude nacional para disputar a presidência. Esse enfraquecimento da presença nacional de alguns partidos e o movimento ascendente do PSDB e do PT seriam os responsáveis pela presença constante e sistemática desses partidos como os dois mais votados em todas as eleições presidenciais de 1994 até a atualidade (Terron, 2009).

O segundo argumento estabelece que a realização de coligações eleitorais para os governos dos estados foi uma estratégia deliberada dos dois partidos para conseguir aumentar seu rendimento nos estados e assim consolidar sua posição como presidenciável. Segundo Limongi e Cortez (2010) a explicação para este “duopólio” estaria baseada mais nas estratégias dos partidos em cooptar as elites políticas, tanto nacionais como regionais, que nas potenciais bases eleitorais de cada um, dado que são relativamente pequenas (não passando dos 30%) e que existe uma forte flutuação no perfil do eleitor entre uma eleição e outra.

A formação de coligações de governo ideologicamente não adjacentes e o apoio extensivo dos dois partidos a candidatos a governador nos estados formariam as duas caras de uma estratégia eleitoral desenvolvida, segundo os autores, pelos partidos e que seria a chave para entender os resultados das disputas à presidente no Brasil (Limongi y Cortez, 2010).

Uma terceira linha ressalta que o distanciamento de Lula da base eleitoral do PT, no que comumente foi denominado “lulismo”, seria um fator significativo, ainda que não suficiente para entender os resultados. Nesse sentido, haveria uma desconexão entre os votos a deputado federal e os para presidente, com o fortalecimento do carisma pessoal de Lula como motor de atração de votos para a candidatura à presidência (Terron y Soares, 2010).

Esse argumento conecta-se com um quarto e último, que é o papel da política social e, mais especificamente, do programa Bolsa Família (BF), nas eleições de 2006 e 2010. Alguns autores (Hunter y Power, 2006; Zucco, 2008) demonstraram o impacto do programa sobre o voto em Lula e como esse fato foi decisivo para sua vitória em 2006. Outros, por sua vez, revelaram o papel dessa política na desestruturação de máquinas políticas estaduais que tradicionalmente governavam no Nordeste (Borges, 2007, 2010; Montero, 2010).

Por outro lado, Soares e Terron (2008) destacaram as mudanças no padrão territorial dos votos no PT provocados pelo BF. A mudança significativa na distribuição espacial do voto no Lula entre as eleições de 2002 e 2006 assinalou a transição a uma concentração geográfica nas regiões mais pobres (Norte e Nordeste), justamente aquelas em que o programa apresentava maiores níveis de cobertura, padrão que foi mantido em 2010.

Cada uma dessas linhas de argumentação fornece pistas e inspirações de análise muito interessantes para os propósitos desta pesquisa: determinar o efeito do contexto geográfico e, fundamentalmente, da territorialidade dos partidos na votação do PSDB e do PT entre 1989 e 2010. No entanto, sua maior limitação consiste na ausência de um marco analítico unificado que permita organizar conceitualmente as dimensões ou eixos argumentativos envolvidos no debate e operacionalizá-los empiricamente.

Ademais, muitos dos estudos que analisam o voto nas eleições presidenciais no Brasil pecam também metodologicamente. Ao utilizar dados agregados para inferir mudanças na base eleitoral dos partidos, caem no problema da falácia ecológica, como já foi extensamente discutido para o caso brasileiro (Bohn, 2011) assim como, de modo mais geral, para a relação entre contexto e inferência ecológica (Calvo y Escobar, 2003; Anselin y Cho, 2002).

O objetivo do presente trabalho, portanto, consiste em descrever e analisar os condicionantes do sucesso eleitoral do PT e do PSDB por meio de uma abordagem territorial que permita interpretar esses elementos dispersos na literatura de modo que estejam integrados em um mesmo marco analítico. Deseja-se saber em que medida e de

que maneira o efeito do contexto geográfico e das estratégias territoriais dos partidos influenciam o voto nesses dois partidos. Nesse sentido, este artigo está movido por duas indagações. Que fatores explicam o sucesso eleitoral do PSDB e do PT nas eleições presidenciais no Brasil no período entre 1989 e 2010? Que efeito o contexto espacial do voto ou as estratégias territoriais desses partidos tiveram sobre sua votação para Presidente?

Para tanto, o enfoque teórico será o da geografia política e o metodológico será o da análise espacial. A escolha de dados eleitorais e político-institucionais agregados por município tem o objetivo de incorporar à análise a idéia de contexto – ainda pouco tratada nas pesquisas tradicionais – no centro da reflexão sobre os padrões de voto a presidente no Brasil. O propósito consiste em determinar o modo com que os partidos se relacionam com os votantes considerando o território como um indicador interveniente significativo e controlando essa relação pelos elementos contextuais locais que possam ser relevantes para esclarecer as causas do sucesso eleitoral do PSDB e PT nas eleições presidenciais no Brasil.

Nesse sentido, não é demais reiterar que não se pretende realizar aqui a análise da relação entre características individuais e comportamento político. Esta tarefa já foi objeto de um número significativo de estudos (Balbachevsky, 1992; Castro, 1994; Carreirão y kinzo, 2004; Kinzo, 2005; Holzhacker y Balbachevsky, 2007; Carreirão, 2008; Singer, 2010; Bohn, 2011) e está fora do escopo proposto neste estudo.

O que interessa ao presente trabalho é determinar como as estratégias territoriais dos partidos, controladas pelo contexto espacial no qual estão inseridos os votantes, afetam os resultados agregados do voto nessas mesmas localidades e, ao mesmo tempo, como estratégias políticas decididas em outros níveis, como as coligações eleitorais para governador ou a implantação de uma política pública nacional, afetam o voto total recebido a nível local.

Enquanto aos métodos empregados, serão utilizados: (a) os sistemas de informação geográfica (SIG), para representar visualmente a distribuição e os *clusters* espaciais dos votos dos partidos; (b) a análise de autocorrelação espacial global e local, para identificar o grau e padrões de concentração espacial dos votos e as possíveis associações entre as dimensões de análise considerando o território como fator interveniente; e (c) modelos de regressão OLS simples e espaciais auto-regressivos com

o propósito de testar empiricamente os supostos de pesquisa que serão discutidos nas seções seguintes¹.

Este artigo está dividido em três seções. A primeira discute os conceitos de contexto geográfico e territorialidade e sua potencial aplicação para a análise dos padrões de voto no Brasil. A segunda seção realiza uma análise descritiva das relações espaciais do voto no PSDB e PT para as eleições entre 1989 e 2010. Em particular, deseja-se determinar se apresentam algum grau de concentração ou convergência espacial com eleições anteriores e com os benefícios do programa Bolsa Família, assim como são caracterizadas as coligações realizadas pelos dois partidos no período com o objetivo de verificar se existe alguma relação entre estratégia territorial e o voto. Finalmente, a terceira parte realiza um exame empírico mais sistemático dos principais condicionantes contextuais do voto por meio do emprego de modelos de regressão linear.

Contexto geográfico e territorialidade dos partidos

Como medir o efeito exercido pelo território sobre o voto a presidente no Brasil? Como foi mencionado na introdução, este trabalho considera dois conceitos centrais da recente literatura da geografia política como especialmente úteis para este propósito: a idéia de *contexto geográfico* e o conceito de *territorialidade*.

O termo *contexto* não é novo nas ciências sociais e corresponde ao conjunto de características dos grupos ou instituições que possuem a capacidade de delimitar o espaço de ação e moldar o comportamento individual (Tilly y Goodin, 2006). No entanto, a utilidade desse conceito para a análise social ainda é recebida com certa desconfiança e ressalvas por uma parte dos pesquisadores.

Alguns dos defensores de modelos baseados no individualismo metodológico consideram a idéia de contexto como um conhecimento incompleto ou deficiente sobre quais variáveis explicativas afetariam os resultados da análise política ou, nas palavras de King (1996: 161) “precisamos da geografia política porque os cientistas políticos não sabem o suficiente sobre a política”².

¹ A apresentação formal dos indicadores de autocorrelação espacial global e local e dos modelos de análise pode ser encontrada nos apêndices I e II deste mesmo trabalho.

² Esse argumento, aplicado a uma análise de regressão, poderia ser interpretado como um problema de especificação do modelo, no qual uma variável independente importante deixou de ser incluída e o desconhecimento de seu efeito causal seria modelado como “contexto” e não por questões ou aspectos diretamente relacionados com as características do contexto social e geográfico no qual estão inseridos os atores.

Essa forma de interpretar o contexto é criticada pela literatura da geografia política que considera equivocadas as tentativas de explicar as escolhas individuais fora do contexto socio-geográfico em que se encontram (Agnew, 1996). Desde esta última perspectiva, toda ação social ocorre em lugares determinados, marcados por características econômicas, sociais e político-institucionais específicas que os definem e diferenciam. Para o caso específico da geografia eleitoral, Johnston e Pattie (2004: 105) demonstraram que pessoas com características sócio-econômicas semelhantes, mas que vivem em contextos locais distintos, tendem a votar em diferentes partidos.

Além disso, um determinado lugar constitui uma entidade relacional na medida em que divisa ou encontra-se em contigüidade com outros. Os vínculos, fluxos ou relações que certa localidade estabelece com seus vizinhos ajudam a delimitar o tipo de identidade que se forma em seu interior e serve de referência para distingui-la de outros lugares (Therborn, 2006).

O contexto corresponde, portanto, à fusão entre um conjunto peculiar de atributos e as relações que cada localidade apresenta no interior de uma rede de relações mais ampla. O fato de um determinado lugar ser contíguo ou vizinho de outros com características – socioeconômicas, político-institucionais, etc. – similares é o modo com o qual se identificam e controlam os efeitos contextuais sobre um determinado fenômeno social.

Indivíduos e comunidades interagem entre si e essa interação constitui um elemento que potencialmente influi sobre os resultados dos atores envolvidos na ação. A idéia que se deriva desse argumento é a de que a interação entre localidades vizinhas provoca um efeito contágio (*spillover effect*) que faz com que os resultados de uma relação causal determinada sejam estendidos ou expandidos além do território de uma ou outra localidade em particular (Johnston y Pattie, 2004) ³.

Por exemplo, Soares e Terron (2008) demonstram como a existência de um número extenso de comunidades vizinhas entre si no Nordeste do Brasil que, ao mesmo tempo, apresentavam altas proporções de sua população que recebiam benefícios do programa Bolsa Família foi uma das principais causas da formação de um padrão regionalizado do voto no Lula na eleição de 2006. Nesse sentido, não só a alta cobertura local do programa, mas também o efeito contágio (*spillover effect*) seriam fatores relevantes para explicar o padrão de voto no PT e sua especial concentração em determinadas partes do território brasileiro.

³ Esta idéia relacional de contexto constituirá a base a partir da qual se construirá o conceito de autocorrelação espacial, que é apresentado de modo mais formal no apêndice I desse mesmo trabalho.

No entanto, alguns estudos chamam a atenção para os limites do uso do contexto de forma isolada, em particular nas análises dos padrões de voto. Agnew (1997), argumenta que o sucesso eleitoral de Berlusconi na Itália dependeu principalmente da estratégia territorial de seu partido, *Forza Italia*. Este partido foi o único capaz de armar uma coligação vitoriosa e estável ao realizar alianças eleitorais com partidos regionais – como a *Lega Nord* no norte do país e a *Alleanza Nazionale* no centro-sul – e assumir uma retórica ideologicamente não marcada e de projeção nacional.

Uma estrutura partidária coesa do ponto de vista territorial corresponde a outro elemento que contribui para a projeção nacional de um partido. Alguns estudos sobre a democracia subnacional já enfatizaram que a existência de quadros partidários controlados nacionalmente facilita a projeção e o controle político sobre as estratégias eleitorais dos partidos. Por outro lado, a fragmentação geográfica das lideranças aumenta os custos de negociação e facilita a existência de padrões regionais distintos de funcionamento das instituições democráticas, entre elas o voto (Eaton, 2006; Giraudy, 2010; Herrmann, 2010; Gervasoni, 2010).

Nesse sentido, a existência de interesses e identidades políticos subnacionais é algo comum que pode (e costuma) ser incorporado às estratégias dos partidos (tanto com relação aos atores externos como dentro de suas próprias filas). A agregação de interesses e demandas de diferentes escalas (ou níveis de governo) em uma estratégia territorial coerente e unitária, portanto, permite situar o contexto dentro de uma chave analítica mais ampla que revela o funcionamento da disputa política no nível nacional (Agnew, 1997: 101).

A partir dessas considerações, a *territorialidade*, ou *estratégia territorial*, pode ser conceituada como uma intervenção conscientemente planejada para controlar pessoas e coisas por meio do controle de uma determinada área. Este conceito envolve três elementos ou condições: (a) a organização ou classificação dos indivíduos por área; (b) o uso da fronteira como meio de comunicação com agentes externos; e (c) o emprego da fronteira como limite de exclusão e método para garantir soberania sobre um determinado território (Sack, 1986: 5).

Ao aplicar o conceito de territorialidade à análise da democracia subnacional e da descentralização, Edward Gibson (2005) define três estratégias para explicar a resistência de enclaves autoritários (ou semi-democráticos) a nível subnacional: (a) a parroquialização da política local, que consiste em evitar que atores nacionais sejam

capazes de entrar nas fronteiras e intervir nas disputas políticas locais ou regionais⁴; (b) a nacionalização da influência, que é o mesmo que projetar a capacidade de intervenção das elites regionais na arena nacional (como, por exemplo, é o caso do senador José Sarney no estado do Maranhão ou o do ex-governador Antonio Carlos Magalhães, do estado da Bahia); e, finalmente, (c) o monopólio do acesso aos recursos externos, que concederia aos líderes políticos a posição de únicos canais de comunicação entre o governo central e estados e municípios⁵.

É dentro desse contexto teórico que a negociação partidária com as elites políticas regionais toma especial relevância para entender que tipo de aliança política pode ser estabelecida com o objetivo de garantir o apoio político no nível federal. É interessante para as elites regionais apoiar um candidato que permita que estas mantenham seu poder exclusivo sobre suas jurisdições e, sobretudo, que não fortaleça a oposição, enfraquecendo seu controle político sobre seu território. Por outro lado, para os partidos, o apoio da situação nos estados, quando possível ou conveniente, permitiria não só aumentar suas chances de alcançar o governo central como de obter apoio durante seu mandato, o que também parece uma estratégia empregada no caso brasileiro (Limongi y Cortez, 2010).

A implantação do programa Bolsa Família, por sua vez, inspirou uma série de estudos sobre o impacto dessa política (e das políticas públicas em geral) sobre a correlação de forças políticas a nível subnacional. Estas pesquisas podem ser divididas em dois grupos: um argumenta que a política foi responsável pela alteração na correlação de forças no interior dos estados e municípios; o outro assinala como a política foi capaz de redefinir a distribuição territorial dos votos e garantir o apoio eleitoral daquelas comunidades que tinham uma elevada proporção de seus beneficiários.

Borges (2007: 109-110), demonstra que a existência de um federalismo multipartidário, a competição vertical entre governo federal e os estados para a provisão de políticas sociais e a implantação do BF foram decisivos para entender a desarticulação das máquinas políticas estaduais. Este fenômeno se deu com o aumento

⁴ A definição de competências federativas da República Velha no Brasil – que é muito parecida com a da Argentina atual – constitui um exemplo institucional desse controle e autonomia dos estados na gestão da política em seu território. Nesses casos, os governos estaduais possuem o controle quase absoluto das regras que regem/regiam a política no nível municipal. Essa foi uma das bases mais evidentes da política dos governadores e do coronelismo e a mudança nas relações entre estados e municípios a partir de 1930, como apontou Vitor Nunes Leal (1948), foi uma das principais causas de seu colapso.

⁵ A extensa literatura sobre emendas legislativas e alocação de recursos pela negociação política a estados e municípios entre diretamente nessa dimensão da análise territorial da política. Alguns dos exemplos mais expressivos desse debate podem ser encontrados em Abrucio (1998), Ames (2001), Samuels (2003) e Limongi & Figueiredo (2005).

da presença da esquerda no espectro político estadual (e local), a decadência dos chefes políticos tradicionais e o conseqüente aumento da competição política (Borges, 2010).

Montero (2010), analisando as eleições de 2006 e 2008, chega a conclusões semelhantes, mas afirma que a expansão da esquerda e o colapso das máquinas tradicionais foi um fenômeno condicionado por estratégias de construção partidária local, em geral concentrada em cidades médias e grandes. Segundo o autor, os municípios pequenos continuaram sujeitos aos esquemas clientelistas tradicionais e ainda consistem em algo que Cox (1998) denominou como espaços de resistência – particularmente contrários à expansão da esquerda no Nordeste do país.

Outro grupo recente de pesquisas centra-se nas alterações vividas dentro da estrutura federativa, não só do Brasil como de outros países da América Latina, como decisivos para o fortalecimento do centro frente aos governos regionais. Eaton (2006, 2004), Dickovick (2006) e Eaton & Dickovick (2004) afirmam que uma das estratégias de centralização de poder adotada pelos governos da região foi a transferência de responsabilidade, autonomia política e recursos aos municípios como forma de corroer o poder dos estados e províncias de “baixo para cima”.

Ao reduzir o controle exclusivo das localidades por parte dos estados, o centro foi capaz de enfraquecer as bases institucionais que garantiam a reprodução das máquinas políticas regionais, aumentando a intervenção da esfera nacional na política local. Esse também é o argumento defendido por Fenwick (2009, 2010), que enquadra o Bolsa Família dentro dessa mesma perspectiva.

Metodologicamente, todos esses argumentos ajudam a fortalecer a escolha dos municípios como unidades de observação e da territorialidade como conceito chave para a análise do desempenho dos principais partidos nas eleições para presidência da República. É nesse nível de governo que se pode observar de modo claro a incidência tanto das estratégias territoriais dos partidos nacionais, o poder de influencia das elites regionais, assim como o efeito particular do contexto local sobre os resultados finais.

O segundo grupo que defende o impacto do Bolsa Família na redefinição do padrão de voto do PT centra-se nas características das comunidades e da política nos estados e municípios onde essa política teve mais incidência para explicar a transformação de benefícios em votos. Hunter e Power (2006) e Zucco (2008) afirmam que a coincidência entre uma política social dirigida às comunidades caracterizadas por altos níveis de pobreza e baixos de atividade econômica seriam as principais causas que explicam a reeleição de Lula depois dos escândalos do “Mensalão”, algo que como

consequência teria provocado uma mudança significativa frente ao padrão de voto observado em 2002.

Finalmente, os trabalhos de Soares e Terron (2008; 2010) e Terron (2009) aplicam a metodologia da análise espacial para explicar as mudanças no padrão de votos em Lula, o distanciamento do voto no Lula e nos deputados federais do PT e a composição dos territórios dos partidos nas eleições presidenciais. Em seu conjunto esses trabalhos constituem esforços pioneiros e avançaram enormemente na incorporação da dimensão territorial na análise eleitoral.

Suas conclusões principais revelam uma tendência à territorialização do voto no Brasil e de uma divergência entre o voto para presidente e deputado federal no caso do PT⁶. O voto a presidente do PT passa em 2006 a concentrar-se predominantemente nas regiões Norte e Nordeste do país, que são as que apresentam o maior número de municípios com uma alta proporção de beneficiários do programa Bolsa Família. Essa relação é a responsável para explicar o porquê de tal regionalização do voto que, como será demonstrado nas próximas seções, afeta e condiciona também a distribuição espacial do voto no PSDB, dado o caráter bipartidário das disputas a presidente nas últimas eleições.

Isso não significa, todavia, que o PT desde o princípio tinha claro quais seriam as consequências territoriais que poderiam derivar da implantação do programa. Originalmente, seu enfoque tinha um caráter social e visava alcançar os setores mais pobres da população. Desse modo, seria ingenuidade pensar que, uma vez alcançada a vitória em 2006, o partido não passasse a considerar a dimensão espacial do programa dentro de suas estratégias eleitorais. Não só o PT o fez como o próprio debate público vivido na última campanha eleitoral foi marcado pela incorporação da dimensão territorial como um aspecto decisivo para explicar o padrão de votos de cada candidato.

Em síntese, como se pretende demonstrar nas próximas seções, o conceito de territorialidade ou estratégia eleitoral dos partidos é especialmente útil para entender e modelar de forma integrada as últimas tendências de evolução dos padrões de competição política tanto a nível nacional como subnacional.

Para efeitos do presente trabalho, a territorialidade do voto caracteriza-se pela adoção de pelo menos uma das seguintes ações: (a) a criação de uma *aliança com algum partido ou elite política regional* que seja territorialmente forte em determinados estados para criar um efeito eleitoral composto e potenciar os resultados (como foi o

⁶ Como será argumentado mais adiante, pode-se averiguar que esse distanciamento é também comum para o caso do PSDB.

caso do PFL no Nordeste até 2002, do PSB em Pernambuco, e do PP em Santa Catarina e Paraná); (b) o *aumento da competitividade naquelas regiões de escassa penetração eleitoral* do partido ou do seu grupo de aliados por meio do enfraquecimento das máquinas (ou grupos) políticas estaduais controladas pelos partidos da oposição; e (c) a *focalização territorial das políticas públicas* com o propósito de aumentar o apoio eleitoral recebido em localidades ou regiões de um determinado caráter socioeconômico.

A territorialidade dos partidos, portanto, busca ou manter ou alterar significativamente o equilíbrio existente no que se refere aos resultados eleitorais dos partidos utilizando o território como campo de disputa. Naquelas regiões ou localidades onde um partido é forte, seus esforços devem dirigir-se a parroquializar o poder, ou seja, fortalecer as fronteiras e coesão territorial e evitar a penetração de partidos opositores. No caso de regiões onde esse mesmo partido tem pouco acesso, a estratégia consiste em nacionalizar a política local, aumentando o nível de conflito político no interior das elites locais/regionais e estabelecendo alianças com a oposição ao grupo dominante, enfraquecendo, por conseguinte, os partidos que estejam aliados com essa elite.

Nesse sentido, contexto geográfico e territorialidade dos partidos são complementares na formação de um marco interpretativo unificado que permite a análise dos padrões de voto para presidente no Brasil. A próxima seção busca descrever, por um lado, como se configura o território eleitoral dos partidos e o papel do contexto em sua formação e, por outro, examinar as principais estratégias territoriais adotadas pelos dois partidos com o objetivo de garantir seu predomínio no cenário nacional.

Distribuição espacial do voto e estratégias territoriais dos partidos

Esta seção pretende discutir algumas formas de aplicar os conceitos de contexto e de territorialidade à análise do voto para presidente da república dos dois principais partidos (PT e PSDB) durante o período entre 1989 e 2010. A primeira parte descreve o padrão espacial da distribuição do voto e a estrutura de competição para o cargo de presidente da República. A segunda investiga as principais práticas adotadas pelos partidos para ampliar sua cobertura territorial. Duas delas recebem especial atenção: a participação em coligações eleitorais vitoriosas para o cargo de governador de estado e o impacto da focalização do programa Bolsa Família sobre a distribuição dos votos.

a. Análise do padrão espacial de distribuição do voto nos dois partidos

Um elemento importante para determinar o sucesso eleitoral de qualquer partido consiste em verificar a existência de algum padrão territorial sistemático de votos recebido por ele. A estabilidade das preferências de uma comunidade por um determinado partido revela certo território eleitoral sob o seu controle. Esses padrões se vêem reforçados no caso de que, simultaneamente, baixos níveis de competição sejam observados.

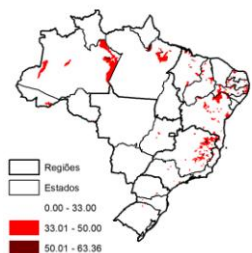
O objetivo dessa seção, portanto, consiste precisamente em verificar tanto a existência de padrões estáveis de voto como avaliar os níveis de competição eleitoral. Para cumprir com esses propósitos serão utilizados os municípios como unidades de observação.

Por outro lado, somente os dados do primeiro turno das eleições serão empregados por duas razões. Primeiro, os resultados do segundo turno dificultam realizar a separação analítica entre o voto realmente recebido por cada partido/candidato e o resultado que é fruto de apoios e alianças eleitorais dos partidos derrotados no primeiro turno. Segundo, toda agregação implica certo grau de homogeneização. Ao não reduzir a competição a somente dois partidos, os dados do primeiro turno permitem avaliar de modo completo o grau de competição eleitoral em cada localidade.

A utilização do nível local combinada com o emprego dos dados relativos ao primeiro turno permite, portanto, identificar a distribuição dos partidos em cada eleição, traçar continuidades e mudanças e, ao mesmo tempo, descobrir aquelas zonas em que houve maior disputa pelos votos e a incidência de mais partidos.

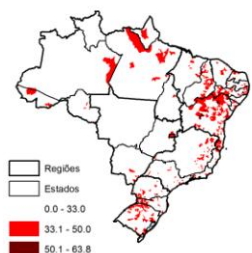
Ao examinar os mapas de distribuição do voto para o PSDB e o PT entre 1989 e 2010 (mapas 1 e 2), três eventos destacados podem ser observados. Primeiro, os dois partidos iniciam a série com uma votação espacialmente concentrada em poucos municípios e ganharão expressão nacional nas eleições seguintes, ainda que em ritmo e modo distintos. Segundo, as eleições de 2002 parecem representar um ponto de inflexão que redefiniu a divisão territorial de ambos, nacionalizando o voto no PT e regionalizando a distribuição do PSDB (mapas 1d e 2d).

Voto no PSDB e no PT para presidente da República (1989 a 2010)



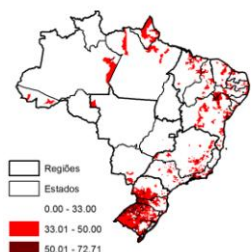
Mapa 1a

PT – 1989



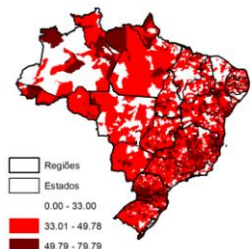
Mapa 1b

PT – 1994



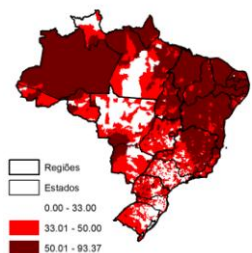
Mapa 1c

PT – 1998



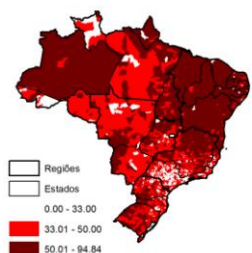
Mapa 1d

PT – 2002



Mapa 1e

PT – 2006



Mapa 1f

PT – 2010

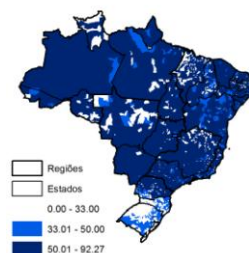
Mapa 2a

PSDB - 1989



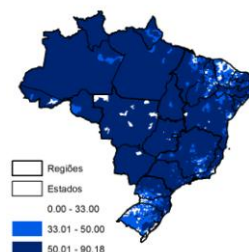
Mapa 2b

PSDB - 1994



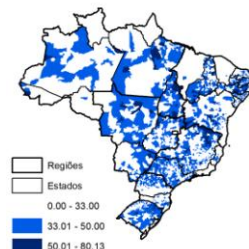
Mapa 2c

PSDB - 1998



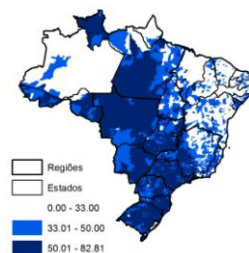
Mapa 2d

PSDB - 2002



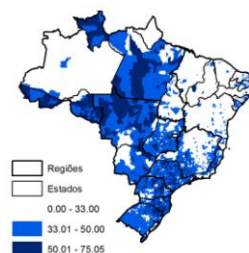
Mapa 2e

PSDB - 2006



Mapa 2f

PSDB - 2010



Fonte: Elaboração própria a parti de dados do TSE.

Terceiro, a partir de 2006 observa-se um padrão dual ou de oposição territorial entre os dois partidos. A vitória eleitoral de um deles em uma determinada região do país parece estar diretamente associada ao fracasso do outro. Esse padrão de reflexo invertido consiste mais uma evidência empírica em favor da hipótese de bipartidarização do voto à presidente, já mencionada por outros autores (Meneguello, 2007; Limongi y Cortez, 2010; Braga, 2010)⁷.

Com relação às tendências específicas, no caso do PT, talvez a mudança mais importante esteja relacionada com uma redefinição significativa no tipo de distribuição do voto em 2002. A maioria dos estudos recentes, mencionados na seção teórica deste trabalho, coloca a ênfase da alteração espacial do voto no PT entre as eleições de 2002 e 2006. No entanto, ao comparar a votação do partido até 1998 com 2002 e seguintes, pode-se verificar que existe uma mudança ainda mais radical que corresponde à interiorização do voto petista (mapas 1a-d).

Nesse sentido, a eleição de 2002 inaugura um novo padrão de nacionalização da cobertura territorial do partido. Nas eleições de 1989, 1994 e 1998, o PT foi sempre a segunda força política na disputa presidencial. Porém, nessas primeiras três eleições, sua votação era intensiva e encontrava-se concentrada em poucos municípios, em geral capitais e cidades grandes ou médias⁸. A partir de 2002 o padrão muda para uma cobertura territorial mais extensiva, característica mantida nas eleições seguintes.

Cabe ressaltar que este fato não nega a mudança observada entre 2002 e 2006, mas situa a contribuição desta última dentro de uma tendência mais ampla iniciada em 2002 na qual o PT deixa de estar vinculado exclusivamente aos grandes centros, ao mesmo tempo em que passa a disputar (e ganhar) os votos de uma parcela considerável dos eleitores nos municípios menores e mais interioranos.

O PSDB, por sua vez, foi alavancado rapidamente da posição de pouca expressão eleitoral a uma presença nacional (mapas 2a e 2b). O papel de Fernando Henrique Cardoso (FHC) na implantação do Plano Real foi decisivo para explicar o porquê desse crescimento vertiginoso. Durante as duas eleições em que FHC disputou, o partido recebeu votos de modo mais ou menos homogêneo em todo o país, com exceção da região Sul e de alguns estados do Nordeste na eleição de 1998 – nos quais as lideranças políticas locais lançaram candidatos próprios ou apoiaram o PT.

⁷ Como será descrito de modo mais extenso mais adiante, isso se deve em grande parte ao sucesso do PT em conquistar o voto daquelas comunidades caracterizadas por altos níveis de pobreza por meio da cobertura extensiva do programa Bolsa Família.

⁸ Essa característica é confirmada por uma análise de correlação entre o voto no partido nessas eleições e o tamanho da população, que revela a existência de uma associação positiva e significativa entre esses dois indicadores ($r = 0,202$ para 1989; $r = 0,240$ para 1994 e $r = 0,170$ para 1998).

Na eleição de 2002 (mapa 2d) a competição com outros partidos recaiu especialmente sobre o PSDB, ainda que os partidos opositores a Lula e Serra fossem identificados tradicionalmente como pertencentes à esquerda política do país. Candidatos locais, como Anthony Garotinho do PSB (Rio de Janeiro) ou Ciro Gomes do PPS (Ceará) foram os mais votados nos seus respectivos estados e serviram como canalizadores de voto para aquelas elites políticas regionais que – dado descontentamento com o PSDB e a alta incerteza política gerada pela possível entrada do PT no governo – preferiram apoiar candidatos não diretamente capazes de alcançar a presidência e deixar a negociação política para o momento posterior de formação da base legislativa do governo⁹.

Nesse sentido, a análise dos padrões de competição eleitoral para o cargo de presidente também revelam muito sobre a relação entre as dinâmicas espaciais e a territorialidade dos partidos. O primeiro fato que salta à vista é a associação negativa entre o nível de competição eleitoral em cada município – medido pelo Número Efetivo de Partidos (NEP) local – e o percentual de votos no partido que venceu as eleições a nível nacional.

Essa relação revela que os partidos vencedores são capazes de: (a) parroquializar o poder, ou seja, garantir a dominância eleitoral sobre um determinado território ou sobre um conjunto elevado de localidades; e (b) localizar o conflito em terreno inimigo, isto é, fazer com que as disputas entre os demais partidos encontrem-se localizadas naqueles municípios onde seu principal opositor possui maior penetração¹⁰.

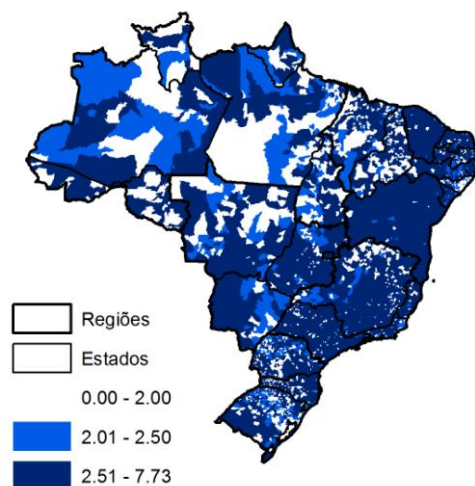
Este fenômeno é especialmente claro para as eleições de 1998, na qual o maior nível de competição está no sul do país, região onde o PT teve maior penetração eleitoral (mapas 1c e 3c), ou para as de 2006 e 2010, onde o principal afetado foi o PSDB no Centro-Sul (mapas 2e-f e 3e-f).

⁹ O caso do Maranhão pode servir como referência. O PSB recebeu em média 23,5% e o PPS 26,7% do total de votos nos municípios deste estado nas eleições de 2002, enquanto que o PSDB somente 14,2%. Para critério de comparação, as médias nacionais dos três partidos foram 13,9%, 12,4% e 30,9%, respectivamente.

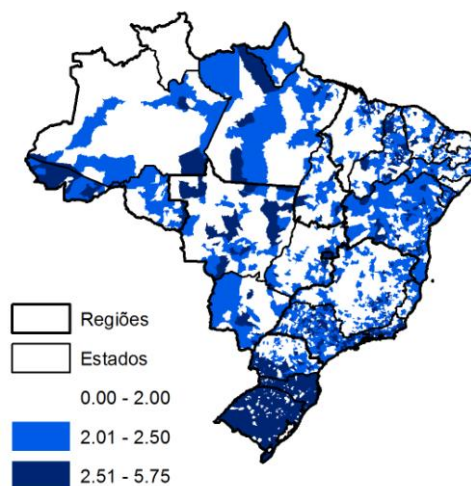
¹⁰ Os coeficientes de correlação de Spearman para o NEP municipal e o percentual de voto no partido eleito são: $r = -0,588$ para 1989, $r = -0,984$ para 1994, $r = -0,928$ para 1998, $r = -0,444$ para 2002, $r = -0,448$ para 2006 e $r = -0,831$ para 2010. Por outro lado, os coeficientes de autocorrelação espacial I de Moran, por sua vez são: $I = -0,117$; $I = -0,624$ para 1994, $I = -0,483$ para 1998, $I = -0,229$ para 2002, $I = -0,464$ para 2006 e $I = -0,140$ para 2010. Para a apresentação formal de como o I de Moran é calculado, ver o apêndice I no final desse mesmo trabalho. A tendência contrária é observada para o segundo partido mais votado, ou seja, aumenta o nível de competição naqueles municípios onde este último foi mais votado.

Número Efetivo de Partidos nos municípios para presidente (1989-2010)

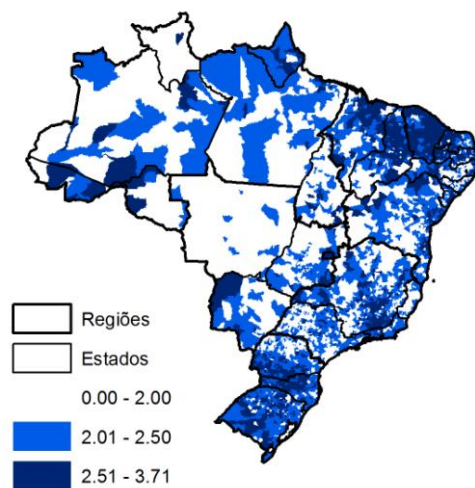
Mapa 3a – 1989



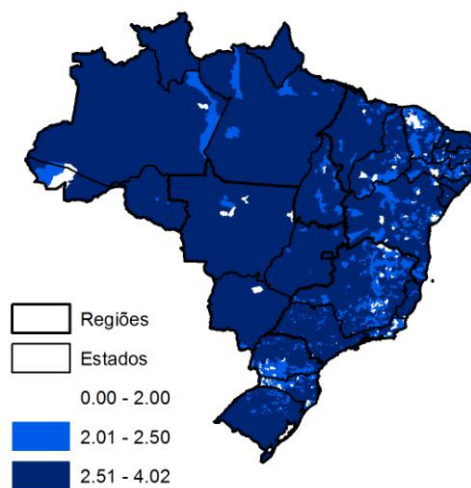
Mapa 3b – 1994



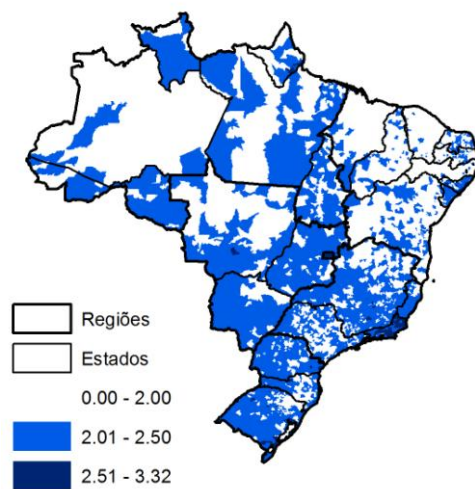
Mapa 3c – 1998



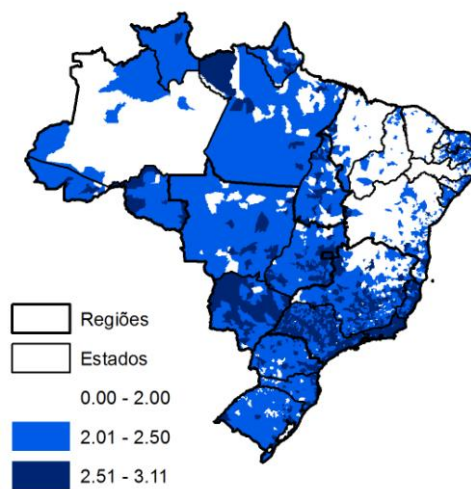
Mapa 3d – 2002



Mapa 3e – 2006



Mapa 3f – 2010



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE.

Os mapas 3a-3f também confirmam que a política estadual exerce influência sobre os resultados do voto nacional. Em uma parte representativa dos casos, os municípios de um mesmo estado tendem a apresentar um padrão similar de competitividade eleitoral numa mesma eleição, ou seja, as diferenças intra-estaduais são menores que aquelas observadas entre estados.

Esta evidência fornece uma base empírica para entender o porquê da busca sistemática dos partidos em formar parte da coligação do governador eleito. O efeito composto ou combinado do apoio ao candidato certo nas eleições estaduais possibilitaria o aumento da dominância eleitoral e, conseqüentemente, a redução da competição nos municípios daquele estado¹¹.

Antes de passar às estratégias eleitorais dos partidos, seria conveniente fazer uma breve referência com relação ao tipo de competitividade observada em cada eleição em particular. Os altos valores do NEP em 1989 seriam explicados pelo fato de que esta foi a primeira eleição direta a presidente e pela alta fragmentação do sistema partidário que se encontrava ainda em formação.

Em 1994 e 1998, as eleições foram caracterizadas pelo predomínio de uma competição eleitoral restrita a dois partidos na maior parte do país menos em alguns estados no Sul e no Nordeste onde forças regionais apresentam forte penetração eleitoral, o que aumentou o nível de competitividade nessas regiões.

A disputa de 2002 foi, talvez, a mais nacionalizada e competitiva de todas. Houve quatro candidatos com votação expressiva em nível nacional, o que pode ser observado pela homogeneidade do padrão de competição eleitoral nos municípios. Chama especial atenção o fato de que o grau de competição dessa eleição em particular é superior ao de 1989, no qual o sistema partidário se encontrava muito mais fragmentado.

As eleições de 2006 introduzem características novas no sistema. Em primeiro lugar, verifica-se a existência de zonas inteiras de baixa competitividade (que são justamente aquelas onde o PT teve mais votos) e, segundo, áreas de maior competitividade justamente naquelas regiões ou localidades onde o PSDB teve melhor desempenho eleitoral (mapa 2e). O pleito de 2010 segue a mesma tendência de 2006,

¹¹ A estratégia de coligação eleitoral para o cargo de governador será analisada mais adiante com maior detalhe. No entanto, pode-se observar na tabela 1 que, em geral, existe uma correlação positiva e significativa entre formar parte de uma coligação vitoriosa para governador e o percentual de votos recebidos para presidente nos municípios do estado.

mas de forma intensificada, onde o nível de competitividade eleitoral aumenta naqueles municípios onde o PSDB teve maior apoio eleitoral¹².

b. Estratégias territoriais: alianças regionais e focalização territorial das políticas públicas

Uma vez realizada a análise da distribuição espacial do voto nos PSDB e PT e sua relação com os níveis de competitividade eleitoral nos municípios, essa parte do trabalho pretende concluir a fase exploratória da territorialidade dos partidos com o exame das duas principais estratégias territoriais adotadas pelos dois partidos para garantir seu predomínio nas eleições presidenciais: (a) a construção de alianças políticas com elites ou partidos de forte expressão regional; e (b) o emprego de políticas públicas com forte focalização territorial.

No primeiro caso, a participação nas coligações vitoriosas para o cargo de governador dos estados parece ser uma das estratégias mais consolidadas pelos dois partidos analisados para conseguir projeção nacional. Entende-se aqui como coligação vitoriosa para o cargo de governador de estado qualquer aliança formal entre partidos, liderada ou não por um dos dois partidos de referência, que foi capaz de vencer as eleições no ano de referência. Nesse sentido, ainda que o PSDB tenha eleito em 2010 oito governadores, sua estratégia de alianças eleitorais nos estados garantiu que este partido participasse em 12 coligações vitoriosas nos estados (tabela 1).

Tanto o PSDB como o PT adotaram uma postura de participar em coligações vencedoras para os governos dos estados. No entanto, fizeram-no de modo distinto. No caso do PSDB essa prática foi constante desde a eleição de 1990. Neste primeiro pleito, o partido participou da coligação vitoriosa em sete dos 27 estados. Em 1994, sua participação atinge o máximo de 12, número em redor do qual vai permanecer nas eleições seguintes. Estes dados revelam uma estratégia coerente e sistemática do partido com relação ao modo em que as disputas estaduais poderiam ajudar na projeção nacional do partido. O PT, por outro lado, parece não ter adotado de modo tão bem-sucedido essa prática até 2010. Somente neste ano supera a marca de 10 estados em que participa da coligação vitoriosa e, pela primeira vez, fica adiante do PSDB.

¹² Segundo o argumento desenvolvido aqui, o voto em Marina Silva prejudicou em maior proporção ao PSDB que ao PT. A correlação entre o voto nessa candidata e o percentual recebido pelo PSDB é de $r = 0,122$, enquanto que com o PT essa cifra é de $r = -0,460$. Considerando o espaço, o índice de autocorrelação espacial da Marina com o PSDB é de $I = 0,098$ e com o PT: $I = -0,297$.

Cabe ressaltar também que em 2010 somente em dois estados o PSDB e o PT não tiveram entre os partidos vitoriosos. Esses dados reforçam mais uma vez o argumento não só no sentido de uma bipartidarização das disputas a nível federal, mas também de uma maior convergência entre eleições presidenciais e para governo dos estados (Braga, 2006; Carneiro y Almeida, 2008; Limongi y Cortez, 2010).

Tabela 1: Coligações eleitorais ao governo dos estados e voto a presidente (1990 a 2010).

	1990	1994	1998	2002	2006	2010
Total de estados em que formou parte da coligação vitoriosa						
PSDB	7	12	11	12	10	12
PT	0	4	6	4	7	13
Outros	20	11	10	11	10	2
Correlações entre apoio eleitoral ao governador e voto recebido nos municípios						
PSDB	-0,062	0,040	0,090	0,207	0,447	0,335
PT		0,081	0,298	-0,026*	0,415	0,365

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE.

Notas: * coeficientes não paramétricos e significativos a 95%; os coeficientes não significativos foram excluídos.

O passo seguinte consiste em averiguar qual o grau de associação entre participar de uma coligação vitoriosa para o governo estadual e o percentual de votos recebido por cada um dos dois partidos nas eleições presidenciais. Os dados da tabela 1 são pouco conclusivos sobre uma possível relação até as eleições de 2002, pois os coeficientes apresentam-se como fracos e variam em sentido. É somente a partir de 2006 que essa relação se vê fortalecida e com um claro sentido positivo.

É importante ressaltar que o fato de uma estratégia eleitoral não dar os resultados imediatos esperados pelos atores não significa que esta não constitua uma ação adotada sistematicamente por eles. O que poder ser observado nos dados acima é que, tanto o PSDB como o PT – mas especialmente o primeiro –, buscaram durante todo o período estabelecer alianças com forças políticas regionais para aumentar suas chances de vitória.

A segunda estratégia territorial que merece ser mencionada neste trabalho é a focalização territorial de políticas públicas. No Brasil, o caso paradigmático nesse sentido foi a implantação do programa Bolsa Família. Desenhada para unificar os programas de assistência social pré-existent e focalizado nos mais pobres, esta política

social provocou o efeito de alterar significativamente o padrão de votos à presidente da República a partir das eleições de 2006¹³.

O que interessa particularmente destacar neste trabalho é que, ainda que a política tivesse uma focalização nos mais pobres, o efeito eleitoral da política foi distinto dependendo em que região os beneficiários se encontravam. A resposta em termos de voto foi massiva somente naquelas comunidades onde o Bolsa Família cobria uma proporção muito elevada da população.

Isso se deve em grande medida pelo fato de que comunidades com uma elevada proporção de pobres passaram a receber a partir de 2003, ano de sua criação, um volume significativo de recursos que até então não tinham acesso. Essa elevada proporção de beneficiários da política, por sua vez, encontrava-se fortemente concentrada nas regiões Nordeste e Norte do país, o que, ademais, favoreceu um efeito contágio (*spillover effect*) nas economias locais, que passaram a dinamizar-se com os recursos injetados, o que explica também o possível voto das classes médias no PT.

Os grandes centros urbanos como Rio de Janeiro e São Paulo também apresentavam um elevado número absoluto de pobres entre sua população, mas o fato de que estes constituíam somente uma reduzida proporção em termos relativos, fez com que no Centro-Sul do país o programa não tivesse os mesmos resultados eleitorais que no Norte e Nordeste.

Nesse sentido, os efeitos eleitorais da política derivam não só de sua focalização efetiva nos mais pobres, mas, sobretudo, das características contextuais de sua implantação. A combinação entre alta proporção de beneficiários e uma grande quantidade de municípios contíguos com características similares é a verdadeira responsável pelo efeito potencial do Bolsa Família no voto à presidente.

Para avaliar essa relação, o presente trabalho utiliza o método de análise de *cluster* espacial (ou LISA) para demonstrar: (a) a forte associação entre comunidades com altos níveis de cobertura do programa Bolsa Família e a alta votação no PT nas eleições de 2006 e 2010; e (b) a reestruturação do território eleitoral do PSDB como um “negativo” daquelas regiões onde o programa possui maior incidência.

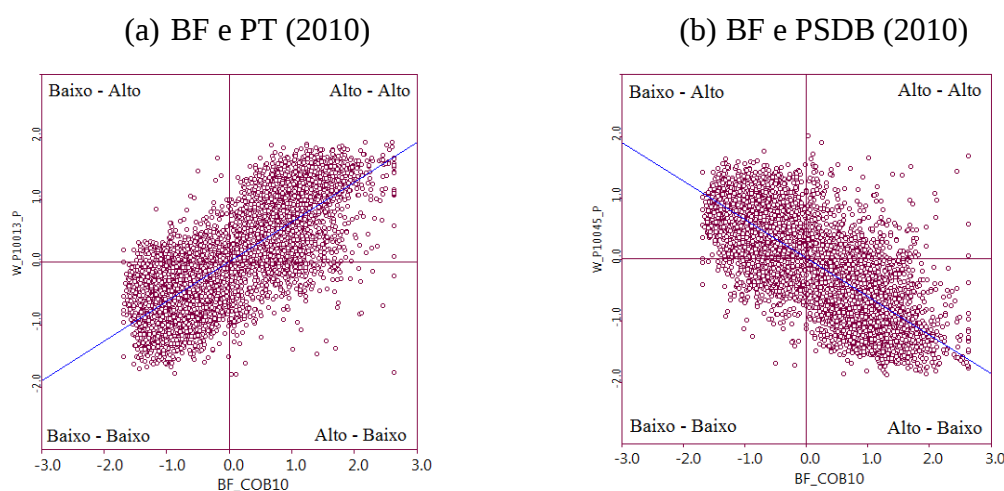
Um *cluster* espacial consiste em um indicador que permite identificar aglomerações de casos com valores similares ou opostos em um conjunto determinado

¹³ Sobre o programa Bolsa Família e os critérios de atribuição dos recursos, ver (MDS, 2006a, 2006b).

de unidades espaciais que podem ser representadas por municípios, estados, distritos, países, etc.¹⁴; neste caso, os municípios.

O método consiste em testar a significância e o grau da associação entre um município e seus vizinhos e classificar tal relação em valores que verificam uma hipótese de correlação linear entre esses dois conjuntos de casos. Para ilustrar como funciona o método, o quadro 1 apresenta os diagramas de dispersão para a autocorrelação espacial entre o Bolsa Família e os votos no PT e no PSDB em 2010.

Quadro 1: Diagramas de dispersão para os clusters espaciais.



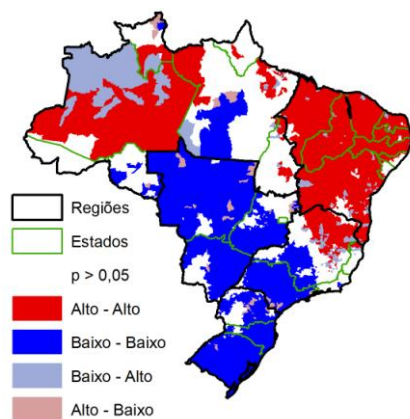
Fonte: elaboração própria.

No diagrama *a* (BF e PT), aqueles municípios que apresentaram uma elevada cobertura do Bolsa Família em 2010 foram circundados por vizinhos nos quais o voto no PT também foi elevado e os que tiveram baixa cobertura por vizinhos com um percentual reduzido de votos na Dilma. Gráficamente isso pode ser verificado pelo fato de que a maioria das observações se concentra nos quadrantes “Baixo-Baixo” e “Alto-Alto”. A reta ajustada no gráfico confirma essa associação e permite inferir que existe uma autocorrelação espacial global forte e positiva entre Bolsa Família e voto no PT com dois grandes *clusters* ou regiões: uma caracterizada pela baixa cobertura no BF e baixa votação na Dilma e outra pela alta nos dois indicadores. O mesmo raciocínio vale para o caso do PSDB (diagrama *b*), mas a associação que se observa entre o Bolsa Família e o voto nesse partido é negativa.

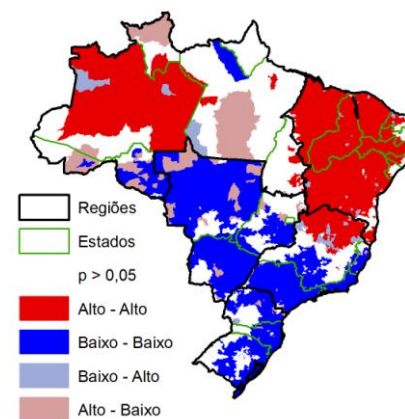
Os mapas 4 e 5 representam o ponto em que se situa cada município nos quadrantes descritos anteriormente.

¹⁴ A apresentação formal do método de cluster espacial ou LISA pode ser encontrada no apêndice I no final do trabalho.

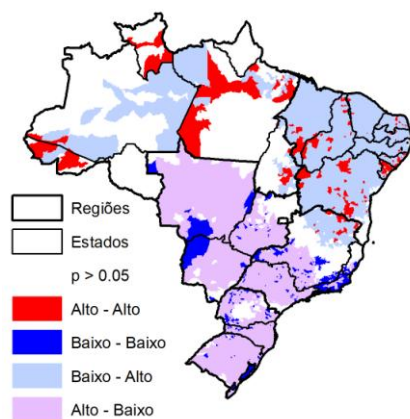
Mapa 4a - Cluster Bolsa Família e voto em Lula (2006)



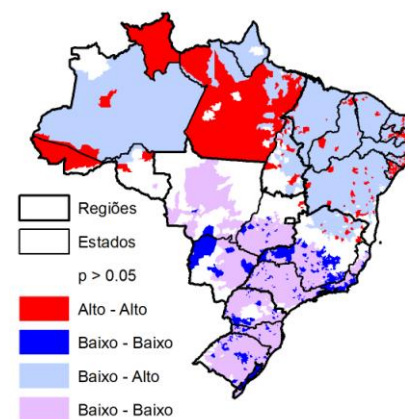
Mapa 4b - Cluster Bolsa Família e voto em Dilma (2010)



Mapa 5a Cluster Bolsa Família e voto em Alckmin (2006)



Mapa 5b Cluster Bolsa Família e voto em Serra (2010)



Fontes: Elaboração própria a partir de dados do TSE e MDS.

Aqueles municípios caracterizados pela baixa cobertura no BF e seus vizinhos apresentam baixa votação são descritos como “Baixo-Baixo”, os que se encontram com alta cobertura no programa e seus vizinhos alta votação são denominados “Alto-Alto” e assim sucessivamente.

Como se pode verificar nos mapas 4a e b, a alta cobertura do Bolsa Família encontra-se positivamente associada com elevadas proporções de voto no PT para as eleições tanto de 2006 e 2010. Além disso, os padrões regionais são claros: altos para o Nordeste em quase sua totalidade e boa parte do Norte e baixos para o Centro-Sul do país.

Já os mapas 5a e b revelam que o PSDB também responde territorialmente ao programa, mas de forma negativa. O fato revelador é que existe uma oposição territorial entre os dois partidos, como se houvesse certa especialização geográfica, onde o PSDB ocupa as regiões nas quais o PT não teve sucesso. Essa polarização territorial, junto com outras evidências já fornecidas na seção anterior, reafirmam o papel exercido pela territorialidade dos partidos na consolidação de um modelo bipartidário de disputas para o cargo de presidente da república no Brasil.

Modelos e resultados

Indicadores e modelos

Uma vez realizada a parte descritiva, é necessário testar de modo mais sistemático o efeito da territorialidade dos partidos sobre o voto à presidente da república no PSDB e PT durante as eleições realizadas na Nova República. Com esse propósito, foram criados modelos de regressão linear que fossem os mais parcimoniosos, incorporassem indicadores chave para entender o efeito da territorialidade no voto à presidente e, finalmente, controlasse tal efeito pelo contexto geográfico no qual os municípios estão inseridos.

Enquanto aos indicadores escolhidos, estes foram basicamente quatro¹⁵. Seu objetivo é testar as suposições apresentadas nas seções anteriores com um máximo de

¹⁵ No caso desse trabalho, para testar a robustez dos modelos, modelos alternativos foram criados incorporando variáveis de controle como capacidade tributária própria, dependência dos recursos da União, porcentagem de pobres, taxa de urbanização e dualidade setorial na agricultura. Comparando os dois tipos de modelo, observou-se que estes indicadores agregam pouca capacidade explicativa aos modelos mais reduzidos e, em alguns casos, apresentam pior ajuste.

parcimônia. O primeiro corresponde à votação à presidente do partido X no momento $t-1$, ou seja, na eleição anterior. Isso permite averiguar qual é a permanência territorial dos votos efetiva entre duas eleições e verificar quanto da eleição atual é explicada pelo momento anterior. Como já foi demonstrado anteriormente (Carneiro y Almeida, 2008; Terron, 2009), o tempo desempenha um papel positivo e significativo sobre a permanência de padrões de voto nos municípios. O objetivo é testar essa hipótese aqui controlando-a por outros fatores territoriais.

O segundo indicador é o percentual de votos a deputado federal recebido pelo partido. Terron e Soares (2010) apontaram, para o caso do PT, um distanciamento entre os votos em Lula para presidente e a deputado federal no partido. O comportamento esperado é o de que exista certo grau de convergência entre os votos recebidos para presidente e deputado federal.

Terceiro, a partir de uma *dummy* que indica se o partido participou ou não da coligação que elegeu o governador no momento t , pretende-se avaliar o efeito da estratégia de formação de alianças com elites regionais sobre o voto à presidente nos dois principais partidos. Nesse sentido, participar de uma coligação vitoriosa ao cargo de governador de estado exerceria um efeito positivo sobre o percentual de votos recebido pelos dois partidos.

Finalmente, para testar o efeito do Bolsa Família, escolheu-se o percentual do total de famílias que reside no município que são receptoras do auxílio do programa. Espera-se que quanto maior a proporção de beneficiários, maior seja a votação no PT e menor o percentual de votos recebidos pelo PSDB.

Escolhidos os indicadores, ainda falta mencionar os modelos empregados na análise. Foram utilizados também quatro tipos de modelo de regressão linear para testar os supostos dessa pesquisa: um modelo OLS clássico e outros três que incorporam o espaço como fator influente nos resultados.

O primeiro deles é o chamado *Spatial Lag* que consiste em introduzir a média ponderada da variável dependente dos vizinhos de cada um dos municípios como mais uma das variáveis previsoras (independentes). Nesse sentido, esse modelo permite controlar o efeito de todos os indicadores escolhidos para compor o modelo pelo contexto no qual um município encontra-se inserido.

O segundo modelo espacial utilizado corresponde ao *Spatial Error*, que pondera o termo de erro – ou resíduos – pela matriz de vizinhança. Portanto, mede em até que

ponto a variância não explicada da variável dependente está condicionada ou associada com fatores contextuais.

Finalmente, o modelo espacial geral ou misto (*General Spatial Model*) é a versão aninhada (*nested*) dos dois anteriores. É especialmente recomendado para aqueles casos nos quais tanto a variável dependente como os resíduos encontram-se correlacionados com algum fator contextual¹⁶.

Resultados

Os resultados dos modelos OLS revelaram uma forte associação espacial tanto da variável dependente como dos resíduos. Existem três critérios para auxiliar o pesquisador na hora de determinar qual deles é mais adequado para a análise: (a) avaliar o percentual da variância da variável dependente explicado pelo modelo (R^2); (b) comparar a bondade do ajuste dos diferentes modelos (ou seja, sua capacidade em reduzir o termo de erro); e (c) verificar o quanto cada modelo é capaz de eliminar a autocorrelação espacial dos resíduos, ou seja, da variância não explicada.

A tabela 2 contém os resultados para esses três critérios considerando a votação no PSDB e no PT para cada uma das eleições entre 1989 e 2010. Os melhores valores para cada um deles estão marcados em negrito. Os modelos que apresentaram os melhores valores para pelo menos dois desses aspectos foram selecionados para a análise.

Com relação ao R^2 , a incorporação do espaço (em qualquer modelo) provoca um aumento significativo no total da variância explicada para todas as eleições. Por exemplo, o modelo OLS da votação do PSDB em 1989 explica somente 22,7% ($R^2=0,227$) do voto no partido para presidente, enquanto que o modelo espacial geral (GSM) explica 59,4% ($R^2=0,594$). Isso significa que, com a inclusão do espaço na análise, ganhou-se 36,7% de poder explicativo.

O segundo critério utilizado para escolher os modelos foi o *Akaike Information Criterion* (AIC). Esse indicador avalia a quantidade de informação que é perdida quando se usa um modelo para explicar a realidade, nesse sentido, quanto menor o valor de AIC melhor o modelo.

¹⁶ A apresentação formal dos modelos pode ser encontrada no apêndice II deste mesmo trabalho.

O terceiro corresponde ao indicador de autocorrelação espacial de Moran aplicado aos resíduos de cada modelo. Sua utilidade na escolha dos modelos é determinar quanto da variância não explicada do modelo encontra-se associada com algum fator contextual. Nesse sentido, quanto menor seja o I de Moran, menor será sua dependência espacial residual e, portanto, melhor o seu ajuste.

Ao passar à análise do conteúdo dos modelos (tabela 3), destaca-se o fato de que o voto para presidente na eleição anterior é positivo e significativo para todas as eleições. Isso representa certa continuidade no padrão de apoio a um determinado candidato à presidência. As mudanças foram observadas principalmente na intensidade da influência desse indicador na predição do voto na eleição no momento t , mas não no seu sentido. Este fato pode representar um menor percentual de voto recebido na eleição atual frente a anterior, mas não uma inversão a ponto de que o coeficiente fosse negativo.

A participação em uma coligação vitoriosa para o governo dos estados, por sua vez, não possui um efeito tão inequívoco sobre o sucesso eleitoral do PT e do PSDB nas eleições presidenciais. Controlado por outros fatores contextuais e outras estratégias territoriais, esse indicador varia em sentido e significado dependendo de cada eleição.

Para o PSDB esta variável só exerceu um efeito positivo e significativo nas eleições de 2002 e 2010, enquanto que para o PT sua influência positiva verifica-se nos pleitos de 1994, 1998 e 2002. Também cabe destacar que os coeficientes negativos desse indicador para os dois partidos foram observados quando o partido ou ganha pela primeira vez (PSDB em 1994) ou é reeleito (PSDB em 1998, e PT em 2006 e 2010).

Uma hipótese alternativa que talvez explique o efeito variável desse indicador sobre o voto dos partidos pode ser que de certo modo os partidos buscam apoiar um candidato a governador tanto para conseguir mais votos, como também para obter apoio político das elites dos estados em que possui menor penetração eleitoral.

O percentual de votos recebido pelo partido para deputado federal apresenta coeficientes positivos, mas nem sempre significativos. A tendência geral corresponde a uma diminuição do efeito geral no PT até que este se assemelhe ao PSDB em níveis que correspondem a uma quase total dissociação entre os dois cargos (dado o valor reduzido dos coeficientes nas eleições de 2006 e 2010 para o PT e em toda a série para o PSDB).

Tabela 2: Dados gerais dos modelos para as votações do PSDB e PT para presidente da república (1989-2010).

	1989		1994		1998		2002		2006		2010	
	PSDB	PT	PSDB	PT	PSDB	PT	PSDB	PT	PSDB	PT	PSDB	PT
<i>Variação explicada</i>												
R ² Ajustado (OLS)	0,227	0,199	0,102	0,517	0,177	0,559	0,298	0,455	0,622	0,634	0,782	0,688
R ² Ajustado (Lag)	0,548	0,303	0,381	0,504	0,507	0,707	0,541	0,582	0,752	0,770	0,815	0,750
R ² Ajustado (Error)	0,548	0,545	0,400	0,657	0,518	0,728	0,603	0,670	0,767	0,782	0,847	0,804
R ² Ajustado (GSM)	0,594	0,496	0,463	0,689	0,582	0,711	0,569	0,687	0,771	0,785	0,851	0,823
<i>Ajuste do modelo</i>												
AIC (OLS)	33764	40883	50721	39065	45464	39863	42588	40333	42016	42377	36854	40325
AIC (Lag)	31410	40393	48928	39397	42919	37756	40492	39012	39911	40056	36024	39196
AIC (Error)	31509	38110	48796	37450	42874	37551	39825	37906	39769	39986	35202	38080
AIC (GSM)	30770	38355	48153	37204	42000	37528	40068	37797	39361	39576	35181	37891
<i>Grau de autocorrelação espacial dos resíduos</i>												
I dos resíduos (OLS)	0,367	0,454	0,364	0,328	0,413	0,378	0,437	0,409	0,334	0,316	0,322	0,393
I dos resíduos (Lag)	-0,042	-0,045	-0,026	0,047	-0,043	0,028	0,032	0,110	-0,002	-0,011	0,124	0,103
I dos resíduos (Error)	-0,061	-0,060	-0,050	-0,057	-0,066	-0,063	-0,060	-0,062	-0,072	-0,083	-0,050	-0,070
I dos resíduos (GSM)	0,004	0,020	-0,005	-0,015	0,007	-0,008	0,020	-0,037	0,018	0,018	0,049	-0,035
Modelo Escolhido	GSM	Error	GSM	GSM	GSM	GSM	Error	GSM	GSM	GSM	GSM	GSM
N	3990	3990	4235	4235	4449	4449	5496	5496	5491	5491	5483	5483

Notas: OLS - *Ordinary Least Squares*; Lag - *Spatial Lagged Model*; Error - *Spatial Error Model*; GSM - *General Spatial Model*. Os indicadores de bondade de ajuste dos modelos foram calculados com base no critério de *Maximum Likelihood* – ML.

Tabela 3: Modelos Espaciais para as votações do PSDB e PT para presidente da república (1989-2010).

	1989		1994		1998		2002		2006		2010	
	PSDB	PT	PSDB	PT	PSDB	PT	PSDB	PT	PSDB	PT	PSDB	PT
Voto presidente (t-1) [†]			0.176** (0.038)	0.468** (0.011)	0.044** (0.005)	0.404** (0.010)	0.415** (0.010)	0.545** (0.011)	0.121** (0.007)	0.129** (0.008)	0.640** (0.008)	0.579** (0.010)
Colig. Governador	0.122 (0.069)		-0.816** (0.301)	4.771** (0.811)	-0.384* (0.161)	0.802* (0.333)	3.048** (0.714)	5.828** (0.976)	-0.813** (0.176)	-1.667** (0.214)	2.539** (0.486)	-0.356 (0.676)
Voto dep. federal	0.098** (0.005)	0.958** (0.018)	0.059** (0.016)	0.577** (0.015)	0.003 (0.005)	0.388** (0.015)	0.114** (0.008)	0.266** (0.014)	0.040** (0.005)	0.050** (0.010)	0.043** (0.006)	0.017 (0.010)
Bolsa Familia									-0.061** (0.008)	0.113** (0.009)	-0.056** (0.008)	0.197** (0.011)
Contexto geográfico												
Spatial-Lag (ρ)	0.933** (0.009)		1.010** (0.009)	-0.741** (0.033)	1.006** (0.008)	0.615** (0.013)		-0.445** (0.031)	0.936** (0.010)	0.928** (0.010)	-0.196** (0.023)	-0.700** (0.032)
Lambda (λ)	-0.747** (0.035)	0.824** (0.015)	-0.869** (0.034)	0.951** (0.007)	-0.886** (0.034)	0.120** (0.033)	0.850** (0.014)	0.932** (0.009)	-0.608** (0.035)	-0.624** (0.035)	0.861** (0.013)	0.993** (0.002)
Constante	-0.273** (0.049)	6.922** (0.546)	-1.759** (0.520)	20.601** (1.707)	-2.663** (0.399)	-0.956** (0.308)	3.038** (1.034)	41.469** (1.780)	1.036 (0.627)	-5.779** (0.419)	12.568** (1.064)	9.243* (3.777)
Modelos												
R ² Ajustado	0,594	0,545	0,463	0,689	0,582	0,711	0,603	0,687	0,771	0,785	0,851	0,823
N	3990	3990	4235	4235	4449	4449	5496	5496	5491	5491	5483	5483
Tipo	GSM	SEM	GSM	GSM	GSM	GSM	SEM	GSM	GSM	GSM	GSM	GSM

** p < 0.01; * p < 0.05.

Notas: † - Dado não incluído para 1989 por ser a primeira eleição direta para presidente. a - Em 1989 o PT não formou parte de nenhuma coligação vitoriosa para governador de estado. Siglas: GSM - General Spatial Model; SEM - Spatial-Error Model.

V.D.: Percentual de voto no PSDB e no PT para presidente nas eleições de 1989, 1994, 1998, 2002, 2006 e 2010.

A hipótese do distanciamento crescente dessa variável no voto a presidente no PT é confirmada (Terron y Soares, 2010). No entanto, cabem dúvidas sobre o modo com que este fenômeno deve ser interpretado. Ao comparar os dados do PT com os do PSDB, pode-se argumentar que a relação do voto em Lula e nos deputados federais do partido apresenta uma tendência de convergência com o padrão apresentado pelo PSDB e não um distanciamento atípico.

O PSDB sempre apresentou baixos níveis de convergência entre as votações para deputado federal e presidente, o que não lhe garantiu a interpretação de que o voto neste partido estaria baseado em uma liderança personalista. FHC, Serra ou Alckmin não poderiam ser considerados políticos carismáticos, o que exige uma revisão nas interpretações sobre esse movimento de divergência do voto nesses dois cargos.

Uma hipótese alternativa seria pensar que a pouca convergência entre os votos a deputado federal e a presidente da república – tanto do PT a partir de 2002 como do PSDB – é o produto de uma dinâmica institucional mais geral e compartilhada pelos partidos que disputam com sucesso as eleições presidenciais. Talvez fatores como o tamanho do distrito e os diferentes tipos de representação das duas eleições possam ajudar a explicar essa diferença¹⁷. Nesse sentido, o PT, ao conquistar o poder estaria mais próximo de um padrão que seria institucionalmente a regra e não a exceção.

Como esperado, o efeito do programa Bolsa Família foi positivo e significativo para o voto no PT e negativo para o PSDB nas duas eleições em que pode intervir (2006 e 2010). Com forte focalização territorial, o programa foi capaz de apresentar um efeito significativo ainda quando controlado pelo efeito contextual e por outros fatores como a votação na eleição anterior.

Isso é particularmente importante no caso de 2010. Controlado pelo voto recebido no pleito de 2006 e pelo efeito contextual (a média de votos nos vizinhos), o efeito do Bolsa Família continuou significativo como um bom previsor do voto tanto no PT como no PSDB.

Por fim, o efeito específico do contexto espacial sobre a variável dependente é significativo e, em geral, positivo. Nesse sentido, localizar-se em uma determinada região aumenta as probabilidades de receber o voto para presidente da república para ambos partidos na maior parte das eleições.

¹⁷ As eleições presidenciais são majoritárias e com distrito uninominal e envolvem, portanto, todo o país, enquanto que as para deputado federal são proporcionais e multinominais, com os estados como distritos, o que levaria à necessidade de considerar as máquinas políticas estaduais e a lógica regional de funcionamento das disputas e dos partidos.

Os resultados negativos observados para 2010, tanto para o PSDB como para o PT, revelam que, quando controlado pela votação em 2006, o voto do partido é maior naqueles municípios em que os vizinhos receberam menor votação, ou seja, que os dois partidos foram capazes de entrar e competir no território do seu opositor, como é o caso do PSDB no aumento da competitividade em alguns estados do Norte e Nordeste (mapas 3e-f) e o do PT com a expansão de percentual de votos no Centro-Sul (mapa 1e-f).

Todos os modelos utilizados também foram capazes de controlar a autocorrelação espacial dos resíduos. Concretamente isso significa que os termos de erro de cada coeficiente utilizados são menores e mais precisos do que seriam caso essa relação não fosse controlada. Nesse sentido, o Lambda pode ser interpretado como o coeficiente de autocorrelação espacial dos resíduos.

Considerações finais

Este trabalho tratou de analisar o efeito da territorialidade dos partidos sobre a votação do PSDB e do PT nas eleições presidenciais no período entre 1989 e 2010 no Brasil. Os votos para presidente da república nos dois principais partidos são explicados de forma sistemática pelo contexto geográfico e as principais estratégias territoriais dos partidos. O território dos partidos (representado tanto pelo voto apresentado nas eleições anteriores como pelo voto a deputado federal), o programa Bolsa Família, e a média da votação nos vizinhos confirmam que tanto o contexto como a territorialidade dos partidos afeta de modo significativo o resultado das eleições para presidente.

Entre as principais conclusões pode-se argumentar que existe certa continuidade nos votos, confirmada pela influencia constante e positiva do voto recebido na eleição anterior sobre as eleições imediatamente seguintes. Também vale a pena destacar que existe um efeito de reforço entre o voto legislativo (deputado federal) e executivo (presidente). Ainda que para o caso do PT os coeficientes sejam cada vez menores, para a maioria dos casos seu efeito é positivo e significativo.

Em segundo lugar, diversos elementos mencionados ao longo do texto permitem afirmar que as disputas presidenciais possuem um caráter bipartidário. A divisão territorial dos votos entre PT e PSDB em duas macrorregiões, a redução do número efetivo de partidos a partir de 2006, e os clusters espaciais dos dois partidos com relação

à cobertura do Bolsa Família constituem indicadores que desde distintas perspectivas reafirmam essa tendência.

Como já foi extensamente mencionado pela literatura, o programa Bolsa Família foi uma estratégia de focalização territorial de uma política pública que provocou um efeito direto no voto a presidente no PT e também no PSDB. Essa política definiu uma região de predomínio do voto no PT ao mesmo tempo em que condicionou o espaço de intervenção do PSDB às regiões onde essa política teve menor cobertura.

Por outro lado, o efeito da participação na coligação para o governo dos estados, ainda que seja uma estratégia extensamente empregada pelos partidos (tabela 1), não parece dar resultados eleitorais diretos em todas as eleições. Em alguns pleitos o objetivo é alcançado, mas em muitos outros o efeito é inverso, o que sugere cautela ao afirmar que esta tenha um efeito, ao menos direto, sobre o sucesso eleitoral para a votação a presidente.

De modo geral, pode-se afirmar que tanto a distribuição territorial do voto como algumas das principais estratégias adotadas pelo PSDB e pelo PT para alcançar a presidência constituem elementos significativos para explicar sua capacidade de situar-se como os dois únicos partidos cabeça de coligação eleitoral para presidente com capacidade real de alcançar a vitória.

Em particular, a análise espacial permitiu que várias dinâmicas dispersas nas análises fossem interpretadas desde um marco teórico unificado com o conceito de territorialidade dos partidos como chave. A isso se soma o fato de que os sistemas de informação geográfica e os métodos de análise espacial possibilitaram abordar questões já tradicionais de uma maneira inovadora e fornecer novas perspectivas para seu tratamento teórico.

No entanto, a pesquisa realizada para este trabalho levantou algumas questões que ainda devem ser respondidas para que se tenha uma compreensão mais adequada das dinâmicas eleitorais no sistema partidário brasileiro. A primeira delas é que cabe ainda saber como a espacialidade do voto no PT vai se comportar quando este deixe o governo federal. O voto neste partido estará mais institucionalizado? Voltará a um padrão semelhante ao período pré-2002?

Segundo, o fato das coligações para os governos estaduais nem sempre afetarem o voto positivamente não significa que não sejam úteis aos partidos para racionalizar as negociações políticas entre as elites e facilitar a alocação de recursos nos futuros governos. Por essa razão, é necessário um maior estudo de caráter qualitativo para

determinar melhor os objetivos das alianças e como elas funcionam dentro do sistema de negociação e conflito político no Brasil.

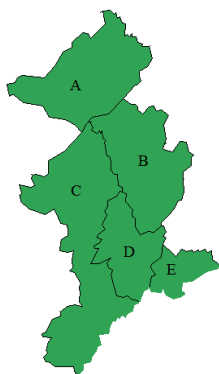
Finalmente, também foi identificada a necessidade de mais pesquisa sobre a relação entre as eleições a presidente e deputado federal. Em particular, cabe verificar se o padrão observado para o PT é algo comum entre os partidos ou excepcional e medir até que ponto outros fatores institucionais interferem nessa relação.

Anexo I – Apresentação formal da autocorrelação espacial

A autocorrelação espacial consiste em um modo de operacionalizar a noção de contexto e possibilitar que seu efeito seja controlado quando se analisa um determinado fenômeno social. Segundo Arthur Getis (2008: 298) “enquanto que as estatísticas de correlação foram desenhadas para mostrar relações entre variáveis, a autocorrelação espacial revela correlações entre localidades geo-referenciadas no interior das próprias variáveis”. Existem vários métodos de calcular a autocorrelação espacial, no entanto, nesse trabalho será empregado o I de Moran, talvez o mais difundido desses índices.

Matriz de vizinhança

Matriz de vizinhança por contigüidade a partir de um determinado território fictício:



W _{ij}	A	B	C	D	E
A	0	1	1	0	0
B	1	0	1	1	0
C	1	1	0	1	0
D	0	1	1	0	1
E	0	0	0	1	0

Padronização da matriz (i linhas e j colunas) para que a soma de todas as colunas de cada linha corresponda a 1 [$\sum w_j = 1$]:

$$W = \begin{pmatrix} 0 & 1 & 1 & 0 & 0 \\ 1 & 0 & 1 & 1 & 0 \\ 1 & 1 & 0 & 1 & 0 \\ 0 & 1 & 1 & 0 & 1 \\ 0 & 0 & 0 & 1 & 0 \end{pmatrix} = \begin{pmatrix} 0 & 0.5 & 0.5 & 0 & 0 \\ 0.3 & 0 & 0.3 & 0.3 & 0 \\ 0.3 & 0.3 & 0 & 0.3 & 0 \\ 0 & 0.3 & 0.3 & 0 & 0.3 \\ 0 & 0 & 0 & 1 & 0 \end{pmatrix} \quad (1)$$

Associação Espacial univariada (Anselin, 1995)

LISA - Local Indicator of Spatial Autocorrelation

$$I_i = Z_i \sum_j W_{ij} Z_j \quad (2)$$

Onde:

Z_i é o valor padronizado da variável X em desvios padrão para o caso i.

W_{ij} é a matriz de vizinhança padronizada [$\sum w_j=1$].

Z_j é o valor padronizado da variável X em desvios padrão para o vizinho j do caso i.

I de Moran global univariado

$$I_g = \sum_i \frac{I_i^2}{N} \quad (3)$$

Onde:

I_i^2 é o valor ao quadrado do índice de autocorrelação espacial local (LISA) para o caso i.

N é o número total de observações.

Associação Espacial bivariada (Anselin et al., 2002)

LISA - multivariado

$$I_{kl}^i = Z_k^i \sum_j W_{ij} Z_l^j \quad (4)$$

Onde:

Z_k^i é o valor padronizado da variável K (de referência) em desvios padrão para o caso i.

W_{ij} é a matriz de vizinhança padronizada [$\sum w_j=1$].

Z_l^j é o valor padronizado da variável L (de comparação) em desvios padrão para o vizinho j do caso i.

I de Moran global multivariado

$$I_{gm} = \sum_i \frac{I_{kl}^i^2}{N} \quad (5)$$

Onde:

$I_{kl}^i^2$ é o valor ao quadrado do índice de autocorrelação espacial local (LISA) multivariado para o caso i.

N é o número total de observações.

Anexo II – Apresentação formal dos modelos de regressão

1. Modelo OLS (considerando o tempo)

$$Y = \alpha + \theta Y_{t-1} + \beta X + \varepsilon \quad (1)$$

Onde:

Y – variável dependente

θY_{t-1} – efeito da variável dependente no momento t-1.

X – variáveis independentes

ε – termo de erro (ou resíduo)

2. Modelo Spatial Lag (Ward y Gleditsch, 2008)

$$Y = \alpha + \theta Y_{t-1} + \rho WY + \beta X + \varepsilon \quad (2)$$

Onde:

W – matriz de vizinhança

WY – média ponderada dos vizinhos para a variável dependente.

3. Modelo Spatial Error (Ward y Gleditsch, 2008)

$$Y = \alpha + \theta Y_{t-1} + \beta X + \varepsilon \quad (1)$$

Onde:

$$\varepsilon = \lambda W\varepsilon + \zeta \quad (3)$$

Ou de outro modo:

$$Y = \alpha + \theta Y_{t-1} + \beta X + \lambda W\varepsilon + \zeta \quad (4)$$

Onde:

$\lambda W\varepsilon$ – é o coeficiente de erro autorregressivo ponderados espacialmente, ou seja, a covariância entre os termos de erro é ponderada ou parametrizada pela matriz de vizinhança.

ζ – corresponde aos erros distribuídos independentemente.

4. Modelo Espacial Geral ou Misto (Spatial Lag + Spatial Error) (Helejian y Prucha, 2008)

É o modelo que realiza o teste empírico do efeito espacial tanto sobre a variável dependente (*spatial lag*) como sobre os resíduos (*spatial error*). Pode ser formulado do seguinte modo:

$$Y = \alpha + \theta Y_{t-1} + \rho WY + \beta X + \lambda W\varepsilon + \zeta \quad (5)$$

Referencias

- Abrucio, Fernando Luiz. 1998. *Os Barões da Federação. Os governadores e a redemocratização brasileira*. São Paulo: Hucitec, DCP - USP.
- Agnew, John. 1996. "Maps and models in political studies: a reply to comments." *Political Geography* 15 (2):165-167.
- . 1997. "The dramaturgy of horizons: geographical scale in the 'Reconstruction of Italy' by the new Italian political parties, 1992-95." *Political Geography* 16 (2):99-121.
- Ames, Barry. 2001. *The Deadlock of Democracy in Brazil*. Ann Arbor: University of Michigan Press.
- Anselin, Luc. 1995. "Local Indicators of Spatial Association." *Geographical Analysis* 27 (2):93-115.
- Anselin, Luc, y Wendy Tam Cho. 2002. "Spatial Effects and Ecological Inference." *Political Analysis* 10 (3):276-297.
- Anselin, Luc, Ibnu Syabri, y Oleg Smirnof. 2002. "Visualizing Multivariate Spatial Correlation with Dynamically Linked Windows." In *New Tools for Spatial Data Analysis: Proceedings of a Workshop.*, ed. L. Anselin y S. Rey. Santa Barbara: Center for Spatially Integrated Social Science, University of California.
- Balachevsky, Elisabeth. 1992. "Identidade Partidária e Instituições Políticas no Brasil." *Lua Nova* 26.
- Bohn, Simone. 2011. "Social Policy and Vote in Brazil: Bolsa Família and the Shifts in Lula's Electoral Base." *Latin American Research Review* 46 (1):54-79.
- Borges, André. 2007. "Rethinking State Politics: The Whitering of State Dominant Machines in Brazil." *Brazilian Political Science Review* 1 (2):108-156.
- . 2010. "Já não se fazem mais máquinas políticas como antigamente: Competição vertical e mudança eleitoral nos estados brasileiros." *Revista de Sociologia e Política* 18 (35):167-188.
- Braga, Maria do Socorro Sousa. 2006. *O Processo Partidário-Eleitoral Brasileiro: Padrões de competição política (1982-2002)*. São Paulo: FAPESP/Humanitas.
- Braga, Maria do Socorro Souza. 2010. "Eleições e Democracia no Brasil: a caminho de partidos e sistema partidário institucionalizados." *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 4:43-73.
- Calvo, Ernesto, y Marcelo Escobar. 2003. "The Local Voter: A GeographicallyWeighted Approach to Ecological Inference." *American Journal of Political Science* 47 (1):189-204.
- Carneiro, Leandro Piquet, y Maria Hermínia Tavares de Almeida. 2008. "Definindo a Arena Política Local: Sistemas Partidários Municipais na Federação Brasileira." *Dados - Revista de Ciências Sociais* 51 (2):403-432.
- Carreirão, Yan de Souza. 2008. "Opiniões políticas e sentimentos partidários dos eleitores brasileiros." *Opinioao Pública* 14:319-351.
- Carreirão, Yan de Souza, y Maria D'Alva G. kinzo. 2004. "Partidos Políticos, Preferência Partidária e Decisão Eleitoral no Brasil (1989-2002)." *Dados - Revista de Ciências Sociais* 47 (1):131-68.
- Castro, M. M. M. 1994. *Determinantes do Comportamento Eleitoral: A centralidade da Sofisticação Política*, Political Science, IUPERJ, Rio de Janeiro.
- Cox, Kevin R. 1998. "Spaces of dependence, spaces of engagement and the politics of scale, or: looking for local politics." *Political Geography* 17 (1):1-23.
- Dickovick, J. Tyler. 2006. "Municipalization as Central Government Strategy: Central-Regional-Local Politics in Peru, Brazil, and South Africa." *Publius-the Journal of Federalism* 37 (1):1-25.
- Eaton, Kent. 2004. *Politics beyond the Capital: The Design of Subnational Institutions in South America*. Stanford: Stanford University Press.

- . 2006. "Decentralization's Nondemocratic Roots: Authoritarianism and Subnational Reform in Latin America." *Latin American Politics and Society* 48 (1):1-26.
- Eaton, Kent, y J. Tyler Dickovick. 2004. "The Politics of Re-Centralization in Argentina and Brazil." *Latin American Research Review* 39 (1):90-122.
- Fenwick, Tracy Beck. 2009. "Avoiding Governors: The Success of Bolsa Familia." *Latin American Research Review* 44 (1):102-131.
- . 2010. "The Institutional Feasibility of National-Local Policy Collaboration: Insights from Brazil and Argentina." *Journal of Politics in Latin America* 2:155-184.
- Gervasoni, Carlos. 2010. "Measuring Variance in Subnational Regimes: Results from an Expert-Based Operationalization of Democracy in the Argentine Provinces." *Journal of Politics in Latin America* 2:13-52.
- Getis, Arthur. 2008. "A History of the Concept of Spatial Autocorrelation: A Geographer's Perspective." *Geographical Analysis* 40:297-309.
- Gibson, Edward L. 2005. "Boundary Control: Subnational Authoritarianism in Democratic Countries." *World Politics* 58 (1):101-132.
- Giraudy, Augustina. 2010. "The Politics of Subnational Undemocratic Regime." *Journal of Politics in Latin America* 2:53-84.
- Helejian, Harry H., y Ingmar R. Prucha. 2008. "Specification and Estimation of Spatial Autoregressive Models with Autoregressive and Heteroskedastic Disturbances." In *Working Paper nº 2448*, ed. Cesifo. Munich.
- Herrmann, Julián Durazo. 2010. "Neo-Patrimonialism and Subnational Authoritarianism in Mexico. The Case of Oaxaca." *Journal of Politics in Latin America* 2:85-112.
- Holz hacker, D. O. , y Elisabeth Balbachevsky. 2007. "Classe, Ideologia e Política: uma interpretação dos resultados das eleições de 2002 e 2006." *Opinio Pública* 13 (2):283-306.
- Hunter, Wendy, y Timothy J. Power. 2006. "Rewarding Lula: Executive Power: Social Policy, and the Brazilian Elections of 2006." *Latin American Politics and Society* 1 (49):1-31.
- Johnston, Ron, y Charles Pattie. 2004. *Putting Voters in their Places: Geography and Elections in Great Britain*. Oxford: Oxford University Press.
- King, Gary. 1996. "Why context should not count." *Political Geography* 15 (2):159-164.
- Kinzo, Maria D'Alva G. 2005. "Os Partidos no Eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil." *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 20 (57).
- Leal, Victor Nunes. 1948. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Limongi, Fernando Papaterra, y Rafael Cortez. 2010. "As eleições de 2010 e o quadro partidário." *Novos Estudos CEBRAP* 88:21-37.
- Limongi, Fernando Papaterra, y Argelina Cheibug Figueiredo. 2005. "Processo Orçamentário e Comportamento Legislativo: Emendas Individuais, Apoio ao Executivo e Programas de Governo." *Dados - Revista de Ciências Sociais* 48 (4):737-776.
- MDS. 2006a. "Programa Bolsa Família. Guia do Gestor." Brasília: SENARC.
- . 2006b. "Programa Bolsa Família. Manual de Gestão de Benefícios." Brasília: SENARC.
- Melo, Carlos Ranulfo. 2007. "Nem tanto ao mar nem tanto a terra: elementos para uma análise do sistema partidário brasileiro." In *A Democracia Brasileira. Balanço e perspectivas para o século 21*, ed. C. R. Melo y M. A. Sáez. Belo Giruzibte: Editora UFMG.
- Meneguello, Raquel. 2007. "Tendências Eleitorais ao fim de 21 anos de Democracia." In *A Democracia Brasileira. Balanço e perspectivas para o século 21*, ed. C. R. Melo y M. A. Sáez. Belo Giruzibte: Editora UFMG.
- Montero, Alfred P. 2010. "No Country for Leftists? Clientelist Continuity and the 2006 Vote in the Brazilian Northeast." *Journal of Politics in Latin America* 2:113-154.
- Sack, Robert David. 1986. *Human Territoriality. Its Theory and History*. Cambridge: Cambridge University Press.

- Samuels, David. 2003. *Ambition, Federalism, and Legislative Politics in Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Singer, André. 2010. "A segunda alma do Partido dos Trabalhadores." *Novos Estudos CEBRAP* 88.
- Soares, Gláucio Ary Dillon, y Sonia Luiza Terron. 2008. "Dois Lulas: a geografia eleitoral da reeleição (explorando conceitos, métodos e técnicas de análise geoespacial)." *Opinio Pública* 14 (2):269-301.
- Terron, Sonia Luiza. 2009. *A Composição de Territórios Eleitorais no Brasil: Uma Análise das Votações de Lula (1989-2006)*. PhD. Dissertation, Political Science, IUPERJ, Rio de Janeiro.
- Terron, Sonia Luiza, y Gláucio Ary Dillon Soares. 2010. "As bases eleitorais de Lula e do PT: do distanciamento ao divórcio." *Opinio Pública* 16 (2):310-337.
- Therborn, Göran. 2006. "Why and How Place Matters." In *The Oxford Handbook of Contextual Political Analysis*, ed. R. E. Goodin y C. Tilly. Oxford: Oxford University Press.
- Tilly, Charles, y Robert E. Goodin. 2006. "It depends." In *The Oxford Handbook of Contextual Political Analysis*, ed. R. E. Goodin y C. Tilly. Oxford: Oxford University Press.
- Ward, Michael D., y Kristian Skrede Gleditsch. 2008. *Spatial Regression Models*. Ed. T. F. Liao. Vol. 155. London: Sage Publications.
- Zucco, Cesar. 2008. "The President's "New" Constituency: Lula and the Pragmatic Vote in Brazil's 2006 Presidential Elections." *Journal of Latin American Studies* 40 (1):29-49.